**“Perigosas derivas” – Polícia e Política: a PIDE e a repressão em Portugal,
entrevista com a professora Irene Flunser Pimentel**

Por Rodrigo de Oliveira Antonio¹

Em entrevista, a historiadora Irene Flunser Pimentel nos ajuda a explicitar os modos de atuação da PIDE – Polícia Política Portuguesa – e dialoga com o dossiê da *Revista Criola* que tem por objetivo discutir as injunções perigosas entre polícia e política no bloqueio ao livre pensamento. Autora de diversos livros sobre a História Contemporânea de Portugal, Irene Pimentel é doutorada em História Institucional e Política Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Qual foi o contexto político de desenvolvimento da PIDE e quais setores da sociedade portuguesa que objetivaram a sua organização e sustentaram a sua atuação?

Temos de recuar alguns anos para se perceber qual foi o contexto do desenvolvimento da PIDE. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado foi criada em 1945, mas veio na sequência de outras polícias políticas criadas durante a Ditadura Militar (regime que durou entre 1926 e 1932, substituindo-se a I República) e durante o chamado Estado Novo de Oliveira Salazar, chefe do governo entre 1932 e 1968 e fundador de um novo regime ditatorial. As diversas polícias políticas foram criadas para lidar, reprimir e neutralizar os vários

¹ Rodrigo de Oliveira Antonio é jornalista e mestrando do Programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP.

adversários políticos do regime ditatorial, quer na sua fase militar, quer na sua fase civil. Primeiro reprimiram os republicanos, depois os anarco-sindicalistas e, finalmente, os comunistas, a partir do momento em que Salazar definiu, em 1934, o comunismo como o seu inimigo principal e “a grande heresia da nossa idade”. A partir dos anos 60 do século XX, e já na vigência da ditadura de Marcello Caetano, a PIDE mudaria de nome para Direcção Geral de Segurança (DGS), num período em que ao inimigo principal comunista se acrescentaram as organizações da esquerda radical e de luta armada.

A PVDE/PIDE/DGS nunca deixou de responder perante a sua tutela e, sobretudo, perante Salazar. Mais tarde, embora nem todos os seus elementos dirigentes apreciassem especialmente Marcello Caetano, a DGS não deixou de responder perante ele. Desse facto, bem como do de a PIDE nunca ter tido grandes veleidades de autonomia, nem ter participado em acções contra o regime, pode-se concluir que essa polícia não era um “Estado dentro do Estado”. Parece ser, assim, mais correcta a ideia de que foi um instrumento central de um regime político oligárquico, longamente assente numa chefia ultra-centralizada de um ditador. Ou seja, foi uma polícia que sempre defendeu o regime, cujos directores funcionaram enquanto correias de transmissões de Salazar, que, permanentemente informado, pelos directores da PIDE, conhecia a sua actuação e confiava nela. É verdade que a PIDE foi tutelada pelo ministério do Interior e nunca teve a veleidade de se sobrepor a este, mas também se deve dizer que esse ministério sempre lhe deu grande latitude de poderes e espaço de actuação, ao mesmo tempo que corroborou sempre a suas decisões e nunca abriu mão da posse da polícia política.

Quais os principais aspectos do *modus operandi* da PIDE na repressão a manifestação política em Portugal? É possível citar alguns exemplos históricos dessa atuação?

Ao longo dos anos, a PIDE foi reforçando os seus poderes legais, entre os quais se contaram o recurso à prisão preventiva, bem como à medida de

segurança provisória (anterior ao julgamento, cuja aplicação era da competência do director da PIDE). Quanto à medida de segurança de aplicação posterior ao cumprimento da prisão, para colocar fora da actividade e neutralizar os presos políticos – considerados mais perigosos e não passíveis de regeneração –, foi-se tornando gradualmente uma das principais armas da PIDE. Numa divisão cronológica em quatro períodos, a vida da PIDE/DGS foi marcada por uma primeira fase, de criação e institucionalização, entre 1945 e 1953. Nos dois anos seguintes a 1945, a PIDE ficou com a possibilidade de aplicar “medidas de segurança, previstas na Constituição para a defesa da sociedade e reabilitação dos delinquentes”, aos condenados por crimes contra a segurança do Estado, aos quais o governo também passava a poder fixar residência ou expulsar do País (DL 36 387, de 1 de Julho de 1947). A liberdade condicional era fiscalizada pelo ministério da Justiça e a medida de segurança não tinha ainda um carácter detentivo, mas passou a tê-lo, em 1949, com a criação do Conselho Superior de Polícia (CSP).

À semelhança de todas as polícias políticas das ditaduras, a PIDE não necessitava de ser muito aperfeiçoada nas tarefas de informação e de investigação. Tinha desde logo a sua vida amplamente facilitada pela utilização de uma ampla rede de informadores, pagos ou não, controlados pelos serviços de Informação, montados e chefiados por Álvaro Pereira de Carvalho, entre 1962 e 1974. Além disso, contava com a colaboração das outras polícias, das Forças Armadas, da LP, e de todas as estruturas do regime e do aparelho distrital e local.

Como noutros regimes ditatoriais, a polícia política portuguesa contou ainda com o apoio voluntário ou involuntário das populações, e isto num país pequeno onde um clandestino tinha grande dificuldade em passar despercebido. O certo é que a PIDE/DGS teve uma certa eficácia na forma como colocou, ao lado de algumas individualidades não comunistas e em organismo de frente, tanto em Portugal como no exílio, informadores “especializados” junto de sectores menos habituados às regras conspirativas. A ampla rede de informadores, cuja quantidade era aliás exagerada, de forma indirecta, pela

própria polícia, contribuiu para espalhar o medo nos portugueses, convencendo-os que os olhos “panópticos” da PIDE os vigiavam por todo o lado e que meio país denunciava outro meio país. Se evidentemente isso não correspondeu à verdade, não deixou de multiplicar a eficácia do número mais reduzido de denunciantes.

Além de utilizar os informadores, a PIDE/DGS também pôde recorrer a outros meios, sem qualquer fiscalização, como por exemplo, a interceptação postal e a escuta telefónica, os quais foram, aliás, também usados relativamente a elementos do próprio regime, para impedir dissensões ou como instrumentos de chantagem. Estes dois instrumentos, cuja capacidade também foi muito exagerada, tanto pela PIDE, como pelos opositores do regime, tiveram de qualquer forma, tal como a existência de informadores, o mesmo efeito dissuasor, ao dar uma imagem de onnipotência e omnisciência à polícia política.

Quanto aos métodos de “investigação” e instrução dos processos, a PIDE/DGS, utilizou processos violentos e os chamados interrogatórios “contínuos” – eufemismo para o “sono” e a “estátua” e os espancamentos –, na sede da PIDE, ou, mais tarde, no reduto sul de Caxias. Em Portugal, além dos espancamentos, foi sobretudo utilizada a tortura “científica” da privação, em parte aprendida com a CIA: a privação de movimento, ou “estátua”, a privação de dormir, ou tortura do “sono”, e a privação de contactos com o exterior, ou isolamento. Estas “modalidades” de tortura, reveladoras de que a polícia tinha todo o tempo do mundo, foram a negação do próprio argumento de que os safanões a tempo” eram dados para salvar inocentes, de actos “terroristas”, conforme tinha dito Salazar, em 1932.

No Estado Novo, a utilização da tortura foi negada, em nome de não ser compatível, num país de brandos costumes, com a civilização cristã, que moldava a Constituição portuguesa, através da moral e pela lei. Mas a ameaça da sua existência permaneceu sempre no “ar”, falada à boca pequena, enquanto instrumento para aterrorizar e desmobilizar. Nesse sentido, embora utilizando a técnica do eufemismo, para se referir às torturas, a PIDE não deixou de fazer

constar, à boca pequena, que elas existiam, para travar veleidades de prevaricação “subversiva”.

Há também que ter em conta que o tratamento da PIDE foi diverso, consoante a classe social a que pertencia o preso e a organização a que pertencia. Amante das hierarquias e respeitador das elites, a PIDE enviava o intelectual para a tortura do “sono”, continuando, porém, a tratá-lo por “sr. Dr.”, ao mesmo tempo que, relativamente ao operário ou ao assalariado rural, mais do que persegui-los pelas suas actividades políticas, punia-os brutalmente, por ousarem sequer pensar que lhes era permitido mudar de vida e desafiar a ordem imutável e inquestionável.

E na África? Qual o *modus operandi* da PIDE na repressão à manifestação política, sobretudo em Moçambique e Angola?

A PIDE/DGS só chegou às colónias africanas a partir de final dos anos 50. Até então quem lidava com a oposição política era a Polícia de segurança Pública. Não quero falar muito sobre a actuação da PIDE/DGS em Angola e Moçambique, dado que não estudei essa perspectiva. A minha colega Dalila Cabrita Mateus é a indicada para falar sobre isso. De qualquer forma, posso dizer que, a partir de 1961, e nos vários terrenos da guerra colonial, a PIDE/DGS colaborou com as Forças Armadas portuguesas, constituindo aliás o seu principal serviço de informações sobre os momentos de libertação. Ao contrário da chamada “metrópole”, onde se torturava, tentando não “deixar marcas”, e não se matava, as colónias eram terreno de guerra, e as torturas e prisões eram de uma violência inaudita, próprias de uma guerra colonial. Basta dizer que foram raros os julgamentos políticos nas colónias, ao contrário do que acontecia em Portugal, a partir de 1945, em que a PIDE/DGS e os Tribunais Plenários especiais colaboravam para darem uma aparência de “justiça”.

É possível citar exemplos históricos dessa atuação na África, fazendo distinção entre antes e depois do levante dos movimentos de independência daqueles países?

Respondo da mesma forma como à anterior pergunta. É claro que tudo mudou com o levante dos movimentos de independência desses países, a partir de 1974, quando caiu o regime, a PIDE/DGS já ter mais elementos nas colónias em guerra do que em Portugal.

Como se deu a relação da PIDE com outras polícias políticas mundiais no contexto da Guerra-Fria?

Genericamente, a PIDE combinava o facto de ser uma “polícia internacional” e uma polícia política, e tinha no seu “âmbito” lidar com os “crimes” contra a segurança externa e interna do Estado. Além do mais a PIDE era o “gabinete nacional” da Interpol e tinha relações com as polícias e serviços secretos, até dos regimes europeus e ocidentais “democráticos”, nomeadamente a SDECE francesa, a CIA e, evidentemente, a partir das guerras coloniais, com os serviços secretos da Rodésia, Malawi e África do Sul. O facto de a PIDE gerir o gabinete nacional da Interpol permitiu-lhe também ter contactos com diversas polícias, a pretexto da luta contra os crimes “comuns”, até porque, como se sabe, as ditaduras não distinguem entre estes e os “crimes” políticos. A PIDE “internacionalizou-se”, contudo, verdadeiramente, a partir de 1957, quando tomou ou reforçou os contactos com os serviços secretos dos países da NATO e com a CIA, na luta anticomunista. Em plena Guerra-Fria, a principal preocupação no mundo ocidental era a infiltração comunista, tendo sido a esse nível que a PIDE colaborou também com os serviços secretos espanhóis e franceses, não só relativamente à emigração portuguesa como aos exilados portugueses em França.

Qual o carácter da relação com o Brasil, sobretudo depois da consolidação do SNI (Sistema Nacional de Informação) da ditadura militar brasileira?

Está por fazer a história, necessária e fundamental, do relacionamento entre as polícias políticas entre Portugal e Brasil. Dou apenas uma pista e um episódio, mas sugiro mesmo, e disponho-me a isso, uma investigação conjunta sobre o tema. Em 1960, foi assinado um acordo para troca de informações, entre a PIDE e o Departamento Federal de Segurança Pública do Rio de Janeiro e, em Outubro desse ano, estive em Portugal, a convite da embaixada no Brasil, Alberto J. Soares, inspector da divisão da Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública brasileiro, que tinha sido, trinta anos antes, o agente de ligação com a polícia portuguesa, relativamente a actividades políticas no Brasil.

Depois do golpe militar, o jornal brasileiro *Correio da Manhã* publicou, em primeira-mão, a relação dos presos políticos detidos na sede da polícia política DPPS, no Rio de Janeiro, entre os quais figuravam alguns angolanos e Fidelis Cabral, que estava em missão do PAIGC no Brasil, quando eclodira o golpe militar. Depois de terem passado pelo centro de informação da Marinha, os detidos estavam a ser interrogados, na presença do inspector Cunha Passo, enviado pela PIDE ao Brasil. O jornal não deixou de manifestar revolta pelo facto de esses cidadãos estarem a ser interrogados, na presença de um elemento da PIDE, e de a maioria das perguntas feitas se relacionarem com Angola e Portugal, e não com o Brasil.

O relacionamento entre as forças policiais brasileiras e a PIDE/DGS passaram a ser de cooperação, como atesta uma carta de Sílvio Mortágua, onde este agradeceu, em nome da DGS, em final de Janeiro de 1973, a Alcides Cintra Bueno Filho, da DOPS de São Paulo, o envio de documentos, com notícias “falsas e tendenciosas”, endereçados à redacção do *Portugal Democrático*, apreendidos pela polícia brasileira. Ao despedir-se, Mortágua reafirmou o

espírito de colaboração e amizade que unia as duas polícias, abraçando o colega como amigo.

Poetas e artistas, como os moçambicanos José Craveirinha e Malangatana, caíram nas garras da PIDE. Em relação aos escritores e artistas, como se deu a atuação da PIDE em Portugal e quais foram os impactos desse cerceamento à atividade intelectual e política?

A PIDE/DGS colaborava com a Censura em Portugal e nas colónias e dessa forma perseguia e manietava os intelectuais e escritores, mas perseguia-os directamente quando suspeitava que eles fizessem parte de partidos políticos proibidos da oposição ao regime, em especial do Partido Comunista. Nas colónias, a perseguição era feita a todos os escritores e intelectuais suspeitos de fazerem parte ou de simpatias com os movimentos de libertação, prendendo-os como aconteceu a Craveirinha, Malangatana e a Luandino Vieira, enviado para o campo de concentração do Tarrafal (Cabo Verde).

Hoje, em regime pretensamente democrático, muitas vezes são questionadas as liberdades de manifestação e atuação política e o próprio carácter “desta democracia”. Qual o legado deixado pela PIDE e em que medida o espírito de vigilância e medo ainda se preserva em Portugal, sobretudo em tempos de crise econômica que fazem os portugueses uma vez mais irem às ruas?

A detenção política, em Portugal, combinou três lógicas: de afirmação da autoridade; de carácter correctivo e, finalmente, uma terceira lógica, de neutralização. A primeira lógica, com carácter dissuasivo, preventivo e de intimidação, era utilizada para a população em geral, sobre a qual pairava a ameaça do que lhe poderia acontecer, caso se metesse em “política”. Por isso, as detenções e julgamentos eram noticiados oficiosamente na imprensa. A segunda lógica era reservada aos que tinham sido “momentaneamente

transviados” e, através do “susto” da prisão preventiva e correcional, ficariam vacinados para nunca mais terem a ousadia de actuar contra o regime. Finalmente, a terceira lógica, de neutralização, tinha como objectivo retirar do espaço público os dirigentes e funcionários dos partidos subversivos, nomeadamente os comunistas, de extrema-esquerda e de organizações de luta armada, através da prisão maior e das medidas de segurança.

A PIDE/DGS ajudou o regime ditatorial a manter-se, assim como outros dos seus grandes pilares – a Igreja e sobretudo as Forças Armadas. Por outro lado, a ditadura salazarista e caetanista contou com outras polícias e com o aparelho administrativo central e local, mas também com o eficaz aparelho de Censura que recusava o conflito e a pluralidade de opiniões, e com o sistemático “saneamento” de uma função pública, que era o grande fornecedor de empregos em Portugal, mas da qual estavam arredados todos os que entravam em dissidência com o regime. Censura e sistema de “saneamento” política, com a qual a PIDE/DGS sempre colaborou e dos quais ela foi, aliás, um importante instrumento.

A PIDE/DGS foi o último factor desses meios de intimidação, desmobilização e repressão. Reprimia e neutralizava selectivamente os poucos que lutavam contra o Estado Novo e espalhava o medo, com a ameaça do que podia acontecer aos que entravam em dissidência. Difundiu também, com alguma eficácia, a ideia de que era onnipotente e onnipresente, que via e ouvia tudo, através de uma enorme rede de informadores e uma cultura de denúncia. Lembre-se que, se houve alguns espaços de dissidência e resistência, a população portuguesa, no seu conjunto, permaneceu apática e passiva, a “viver naturalmente”, como pretendia Salazar.

E para isso contribuiu a PIDE/DGS, ao manter uma sociedade dúplice, com horror ao confronto, marcada pelo anónimo informador e ameaçada com o que poderia acontecer ao dissidente e resistente. Em suma, pode-se dizer que a durabilidade do regime se deveu a uma combinação de dois factores decisivos: por um lado, o sucesso da desmobilização/intimidação cívica/repressão, através de vários instrumentos, entre os quais a importante PIDE/DGS e, por

outro lado, o facto de o regime ditatorial, nos momentos de crise – 1945 e 1958-1961 – ter conseguido manter a coesão das Forças Armadas em seu redor.

Penso que o legado da PIDE/DGS não é muito forte, quarenta anos depois do derrube do regime ditatorial, em 1974, mas é verdade que o clima de denúncia ainda subsiste por vezes. É fundamental a História e a Memória do que foi a ditadura e a sua polícia política, para que não haja veleidades, em regime de profunda crise económica, de instaurar uma nova polícia desse tipo e um regime ditatorial de outro tipo. Portugal e a Europa estão numa perigosa encruzilhada e alertar constantemente para os perigos de uma deriva desse tipo é fundamental.

O Brasil tem ignorado apelos sociais -- inclusive recomendação da ONU -- pelo fim de sua polícia de carácter militar. Que mensagem poderia nos passar no sentido de estimular os ativistas e intelectuais brasileiros que lutam contra a repressão no Brasil?

Na luta contra a violência, a tortura e a arbitrariedade policial, “civil” ou militar, é fundamental recordar a história do passado ditatorial.